

**Discurso de António José Seguro, Vice-Presidente da
Internacional Socialista e Secretário-Geral do Partido Socialista
(Portugal)**

**Conselho da Internacional Socialista
Cascais, 4-5 de Fevereiro de 2013**

Caro George Papandreou, Presidente da Internacional Socialista
Caro Luis Ayala, Secretário-Geral da Internacional Socialista
Exmos. Srs. Representantes do corpo diplomático

Minhas senhoras e meus senhores

Caras amigas e caros amigos
Caras e caros camaradas

Estamos aqui reunidos para debater a visão progressista do
Crescimento, do Emprego e do Desenvolvimento Sustentável da
economia global.

Vivemos uma confrontação mundial entre uma ideologia ultraliberal
e a nossa alternativa progressista.

Portugal está a ser palco principal desta confrontação.

O governo português, sob orientação da União Europeia e da maioria
conservadora que a governa,
está a aplicar a receita do empobrecimento,
do ajustamento económico e financeiro sem preocupações sociais
e do desmantelamento do Estado social.

Para os ultraliberais a resposta passa por menos Estado,
por maior desregulação dos mercados
e por menos proteção social;
Querem um Estado mínimo
que deixa cada pessoa à sua sorte, entregue a si própria.

Tentam-nos convencer que não há alternativa à austeridade,
a esta globalização desregulada dos mercados,
às privatizações,
à baixa de salários
e ao desemprego.

Esta receita ultraliberal provoca o empobrecimento da população,
dizima a classe média,
cria uma nova classe de precários
e provoca a acumulação de lucros colossais para uma ínfima minoria.

A desigualdade tornou-se a marca do nosso tempo.
Desigualdade na distribuição da riqueza, no acesso à justiça, à saúde,
à educação e à protecção social.

Para nós, progressistas, a resposta passa por um Estado forte e eficiente;

Um Estado Social sustentável,
com uma economia de mercado regulada, justa e transparente
e com níveis de protecção social como garante da coesão social.
Uma sociedade em que ninguém fique para trás.

A alternativa progressista coloca o crescimento económico e a criação de emprego no centro da acção política.

A alternativa progressista defende o Estado social como condição para sair da crise.

**Este confronto ideológico não é novo.
Mas é a primeira vez que ocorre simultaneamente no plano global, no plano regional e no plano nacional.**

E uma resposta progressista forte só terá sucesso se for igualmente articulada no plano Global, no plano regional e no plano nacional, sem imobilismos e com coragem reformista.

No plano Global os mercados financeiros libertaram-se da regulação e escaparam à transparência.

Os mercados financeiros criaram os seus próprios instrumentos, capturaram os Estados e impõem a sua receita.

As sociedades que se libertaram das ditaduras políticas permitiram a construção de uma nova tirania: a tirania do dinheiro e dos mercados.

Só o primado da política e da democracia sobre os mercados para acabar com a especulação financeira oferece uma resposta às injustiças do mundo.

Como poderemos ter mercados globais regulados enquanto existirem off-shores?

Como queremos combater a criminalidade transnacional, o objecto tráfico de seres humanos, o tráfico de drogas ou de armas sem acabar com as off-shores?

Como combatemos a evasão fiscal enquanto existirem paraísos fiscais espalhados pelo mundo?

Como queremos uma sociedade mais justa enquanto os trabalhadores continuam a pagar os seus impostos e os especuladores continuam sem pagar um cêntimo?

A resposta global, a condição essencial para um mundo mais justo e para o primado da democracia sobre os mercados, passa, necessariamente, pelo fim dos paraísos fiscais.

Não é possível regular os mercados sem acabar com os paraísos fiscais.

E esta deve ser uma causa prioritária da Internacional Socialista!

Precisamos de uma governação mundial com políticas internacionais, com mais política externa e menos negócios estrangeiros.

As instituições internacionais precisam de reformas urgentes.

O mundo não pode esperar mais para assegurar a justa representatividade dos povos da América latina, de África e da Ásia nas várias organizações internacionais.

Fica o meu compromisso, enquanto candidato a Primeiro-Ministro de Portugal de apoiar essa causa e de a defender em nome do meu país.

Necessitamos igualmente de liderar uma Agenda Global de Transparência.

Uma agenda pela transparência activa na administração pública e pela ética no comércio internacional.

A corrupção é, comprovadamente, a razão principal da fome e da pobreza no mundo.

A corrupção é o principal obstáculo a instituições democráticas fortes e tem contaminado a necessidade de uma resposta eficaz aos desafios ambientais.

É neste contexto que se exige à Internacional Socialista maior firmeza nesse combate.

A resposta progressista à crise passa também por uma maior articulação regional.

Uma governação mundial eficaz deve fundar-se numa forte integração regional.

Não só na Europa, mas na América do Sul, em África e em várias regiões da Ásia.

É essencial uma maior integração regional e internacional perante esta mundialização expansiva dos poderes financeiros.

Permitam-me que me refira em particular à União Europeia.

O cenário europeu não é animador.

O envelhecimento das populações,
o endividamento privado e público elevado em termos históricos,
as baixas taxas de crescimento económico,
uma evolução tecnológica que melhora a produtividade e a
competitividade mas não se traduz necessariamente em mais e
melhores empregos;
e classes médias sob pressão.
Estes são os desafios principais de uma agenda socialista, trabalhista
e social-democrata.

A Europa não tem estado à altura das suas responsabilidades para
enfrentar uma crise cada vez mais global.

Tem alimentado um discurso moral que divide o norte e o sul.
Mas o problema não é moral. O problema é político.

O problema é das políticas conservadoras que nos trouxeram até à
crise financeira internacional.

Em 2008, a dívida pública portuguesa em % do PIB era semelhante à
de França, Alemanha, Áustria ou Holanda.
Espanha e Irlanda tinham valores ainda mais baixos quando
comparados com a média europeia.

O problema não é moral. O problema é político.

Até 2009, em plena crise, a despesa pública portuguesa em relação ao
PIB foi sempre inferior à média europeia.
A despesa com prestações sociais foi sempre abaixo da média
europeia.

E em 2010, 63% das famílias portuguesas não tinha qualquer dívida com bancos ou instituições financeiras.

A ajuda aos bancos foi superior a um bilião de euros: mais do dobro do total dos resgates à Grécia, à Irlanda e a Portugal

O problema não é moral. O problema é político.

Em 2011, 70% do investimento português no estrangeiro (cerca de 7 mil milhões de euros) foi... na Holanda!

As sete maiores empresas cotadas em bolsa transferiram, de uma forma ou de outra, a sua sede social para a Holanda, pagando menos impostos cá, afectando o orçamento nacional, aumentando o défice e gerando dívida.

O problema não é moral.

O problema é político. O problema é de solidariedade.

Desde o início, em 2008, que a crise não tem parado de agravar-se e de atingir mais países. Europeus e não só.

Os atuais líderes europeus, de maioria liberal e conservadora não têm o direito de destruir o projeto humanista mais relevante da nossa história contemporânea.

Os atuais líderes europeus, de maioria liberal e conservadora são directamente responsáveis pelos nacionalismos que se propagam por toda a Europa, apoiando políticas de imigração e de integração cada vez menos inclusivas ou tolerantes.

Nós queremos uma Europa que complete a sua União Monetária com a governação económica e que se dote de uma arquitetura política que responda aos problemas concretos das pessoas e não aos egoísmos dos Estados.

A Europa dos Estados está a destruir a União Europeia.
Precisamos da Europa das pessoas.

É por isso que tenho vindo a defender um novo impulso na construção europeia.

Um impulso para um amplo debate em torno da revisão dos tratados europeus.

Queremos maior integração política, económica e orçamental
Mas queremos igualmente maior responsabilização política dos decisores europeus.

Queremos uma europa mais democrática, **queremos uma Europa Federal.**

Só assim os Estados e os cidadãos europeus serão iguais entre si.

Mas é também no plano nacional que devemos agir.

É no plano nacional, em primeiro lugar, que cada um de nós deve assumir a sua responsabilidade política.

O meu país atravessa um momento grave.

As portuguesas e os portugueses vivem angustiados.

São a par de outros povos do sul da Europa, vítimas desta austeridade cega e sem sentido.

“Custe o que custar” foi o que o primeiro ministro de Portugal disse aos portugueses em relação ao cumprimento da sua agenda de desmantelamento do Estado Social.

Ouviram bem: “custe o que custar”.

Custe o que custar em desemprego, em falências e em emigração jovem.

Sem olhar a meios. Sem pensar nas pessoas.

O PS avisou que este era o caminho errado.

Explicámos que esta receita, da austeridade custe o que custar, estava errada.

E os resultados da austeridade estão à vista de todos:

Temos
852 mil desempregados,
175 mil jovens desempregados,
115 mil jovens licenciados no desemprego,
460 mil desempregados sem subsidio de desemprego,
Mais de 100 mil portugueses emigraram no último ano,

Os ultraliberais não acertaram uma única previsão.
Temos mais desemprego, mais recessão e mais dívida.
Temos mais pobreza e mais exclusão social.
É este o resultado da receita ultraliberal.

A política de austeridade falhou em toda a linha.

A alternativa é muito clara:
A consolidação das contas públicas e o rigor orçamental devem ser
acompanhados de uma prioridade política centrada no crescimento
económico e na criação de emprego.

Esse é o caminho da inclusão social, da solidariedade intergeracional
e do desenvolvimento.
É esse o caminho alternativo!

Vivemos tempos muito difíceis.
E só estaremos à altura de os enfrentar se soubermos também
afirmar as nossas convicções e os nossos valores.

Este é o tempo da política com ética,
é o tempo da política com convicções.

A Internacional Socialista não pode ser apenas um espaço de
encontro e convívio.
A Internacional Socialista tem que agir. Tem que tomar a iniciativa.
Tem que liderar as causas dos jovens do mundo.

O internacionalismo volta a ser convocado para responder a uma crise que nunca na história foi tão internacional. Este é o tempo de um renovado internacionalismo.

Um renovado internacionalismo com comunidades democráticas, com instituições internacionais fortes, com segurança cooperativa, com resolução colectiva de conflitos e com Estados de direito democrático.

Um renovado internacionalismo com comércio livre. Comércio livre com ética, com regulação, com regras, com os valores progressistas e com as pessoas no centro da economia. O comércio livre sem regras e o comércio fechado são agendas conservadoras e nacionalistas que não têm lugar à luz dos nossos valores.

Um renovado internacionalismo com a “responsabilidade de proteger”. Para uma ordem universal mais cooperativa e menos hierárquica.

Uma ordem internacional afirmada sem descanso em nome dos direitos humanos.

Estamos hoje aqui para selar este novo compromisso internacionalista.

Uma palavra de solidariedade para os povos da Síria, do Sahel, do Egipto e da Guiné-Bissau.

E o que têm em comum estes povos?
São vítimas da intolerância.
São oprimidos pelo medo.
E são frequentemente esquecidos pelos poderosos do mundo.

Na Síria, sejamos claros:
Todos falhámos na responsabilidade de proteger o povo Sírio.
É tempo de assegurar uma transição pacífica e duradoura para uma democracia pluralista, representativa e inclusiva.

No Mali assistimos ao terror do radicalismo.
Um radicalismo sem alma, sem piedade, sem cultura e sem sentido.
Devemos apoiar os países africanos para que assumam a liderança na resolução do conflito.
E saudamos, com gratidão, a disponibilidade de François Hollande e do povo francês para garantir que o Mali estará em breve livre de perturbação, de ocupação e de violência.
Está a chegar a hora da reconciliação e da paz.
Mas não podemos ignorar o drama das pessoas deslocadas e devemos fazer tudo para apoiar os esforços do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados e das organizações humanitárias internacionais.

A recente violência no Egito interpela-nos para um esforço suplementar de diálogo.
As conquistas humanistas da primavera árabe não podem ser frustradas.
Os novos alicerces políticos para o futuro do Egito devem ser edificados democraticamente,
assegurando os direitos, liberdades e garantias das pessoas, independentemente da sua religião, crença ou género.

Uma última palavra para a Guiné-Bissau.
O povo da Guiné-Bissau não pode ficar esquecido.
O seu direito à democracia não pode ficar sem resposta.
Chegou, por isso, a hora do diálogo e da reconciliação.

Portugal e a Internacional Socialista devem assegurar rapidamente condições para esse diálogo, para o retomar da ordem constitucional e para a realização de eleições num prazo credível.

Os nossos amigos do PAIGC podem contar com o nosso apoio.

Caras amigas,
Caros amigos

Liderar sempre foi importante do ponto de vista político. Daqui para a frente sê-lo-á ainda mais. E será também bastante mais difícil.

A tecnologia diminui a distância entre os decisores e a sociedade. A rapidez a que a informação circula diminui o tempo disponível para dialogar, para pensar e para deliberar.

As lideranças políticas precisarão de ser muito mais corajosas e inovadoras em termos de políticas públicas.

Vem aí uma nova relação entre os governos, sociedades e mercados. As lideranças que forem capazes de liderar e negociar este processo serão as mais bem sucedidas a prazo.

Renovo aqui o meu apoio ao esforço que agora iniciamos em conjunto para mobilizar e renovar uma organização essencial para que socialistas, trabalhistas e sociais-democratas de todo o mundo possam globalizar a agenda progressista.

Caros camaradas da América do Sul, da Oceânia, da Ásia, da Europa, da América do Norte e de África:

É uma honra e um privilégio recebê-los em Portugal e não esqueceremos este vosso gesto de fraternidade.

Foi há 40 anos que o Partido Socialista nasceu.

Um Partido com um destino traçado: a defesa da democracia e da liberdade.

A nossa revolução de abril de 1974 foi o início de uma Primavera democrática que se estendeu a África e à Europa de leste.

A primavera da igualdade, da solidariedade e da fraternidade.

Foi sob a liderança do nosso Partido e do nosso Presidente Honorário Mário Soares, (que me pediu para vos transmitir um abraço muito especial) que escolhemos a democracia e o projecto europeu.

E foi também sob a liderança do nosso antigo Presidente, António Guterres (que me telefonou e pediu que vos saudasse fraternalmente) que Portugal consolidou os valores da solidariedade social.

Quando olhamos para a história mundial verificamos que foram os partidos da internacional socialista que mais contribuíram para o progresso e para o desenvolvimento do mundo.

Este é o tempo de reclamar o nosso futuro, um novo futuro.

Um futuro com socialismo democrático.

Um futuro com renovado internacionalismo.

Um futuro de desenvolvimento e de pacifismo.

Resistamos todos às tentações do nacionalismo e do conflito.

Acreditemos numa cidadania global.

O nosso desafio, como bem disse George Papandreou na África do Sul, é o de assegurar Justiça para todos e Democracia para todos.

Uma nova era de democracia e de desenvolvimento liderada por todos vós, por todos nós.

Em nome do PS e de Portugal, quero agradecer a escolha do nosso país para acolher esta reunião.
É um sinal de forte solidariedade com o povo português e com o Partido Socialista.
Um gesto de solidariedade que não esqueceremos.

Um pensador progressista português do século passado, Antero de Quental, disse: onde estiver a injustiça é aí que deve estar o socialismo.

Essa frase tocou-me sempre e eu mantenho-a viva na minha ação política.

Nunca como hoje precisámos tanto de socialismo.
Nunca como hoje precisámos tanto de democracia.
Nunca como hoje precisámos de nos unir para combater as injustiças em Portugal, na Europa e no mundo.

Bem hajam.

Obrigado.